

CORREIO ECONÔMICO

POR MARTHA IMENES

Fernando Frazão/Agência Brasil



Petrobras anuncia investimentos em cerimônia no Rio

Petrobras tem dificuldade com mão de obra terceirizada

A Petrobras enfrenta dificuldade para preencher vagas de trabalho em operações da companhia, por meio de empresas terceirizadas, e aposta em parcerias para qualificar mão de obra e também tenta atrair de volta ao mercado pessoas que deixaram o setor e precisaram trabalhar em ocupações informais, como motoristas de plataformas de aplicativo. Informou a presidente

da empresa de petróleo, Magda Chambriard, e diretores da companhia na quinta-feira (3), no Rio de Janeiro.

O pacote de investimentos que a estatal anunciou prevê a contratação de 38 mil empregos diretos e indiretos. Além disso, a Petrobras informou que atividades de manutenção devem gerar, pelo menos, 100 mil postos de trabalho.

Retorno

A diretora-executiva de Engenharia, Tecnologia e Inovação, Renata Baruzzi, disse que a companhia espera conseguir atrair de volta profissionais qualificados que tiveram que optar por outras formas de emprego. Ela citou o caso de motoristas de plataformas de aplicativos.

Plano

Uma das normas da Petrobras é que as contratações terceirizadas sejam com plano de saúde, indicando vantagens do emprego formal. Um dos caminhos para preencher as vagas ociosas é por meio de um programa que qualifica beneficiários do Bolsa Família.



Rodrigo Felix Leal/SEIL

Commodities pressionaram a balança comercial

Balança tem menor superávit para junho em 6 anos

Pressionada pela queda no preço de commodities, bens primários com cotação internacional, e pelo consumo de importados, a balança comercial registrou o superávit mais baixo para meses de junho em seis anos. No mês passado, o país exportou US\$ 5,889 bilhões a mais do que importou, queda de 6,9% em relação ao re-

gistrado no mesmo mês de 2024. Os números foram divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. O superávit em junho é o menor desde 2019, quando o resultado positivo ficou em US\$ 4,362 bilhões. A balança acumula superávit de US\$ 30,092 bilhões no semestre.

Turismo

O Brasil registrou entrada recorde de turistas estrangeiros no primeiro semestre, divulgou o Ministério do Turismo. De janeiro a junho, o país recebeu 5.332.111 visitantes, alta de 48,2% em relação ao mesmo período de 2024. Argentina lidera a lista com 2.323.891 visitantes.

Alta

Apenas em junho, 444.882 turistas de outros países desembarcaram no Brasil, alta de 33,8% em relação ao mesmo mês de 2024. Atualmente, o turismo representa 8% do Produto Interno Bruto (PIB) e a perspectiva é de crescimento. A malha aérea cresceu 16% em 2025.

Tributação

Com faixas como "O povo não vai pagar a conta", "chega de mamata" e "taxação dos super-ricos", manifestantes da Frente Povo Sem Medo e do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) ocuparam a sede do banco Itaú BBA, na avenida Faria Lima, em São Paulo.

Hacker

O ataque hacker que levou ao desvio de milhões de reais que instituições financeiras mantinham depositados em contas do Banco Central (BC) não envolveu vazamento ou extração de dados de instituições financeiras e de clientes, informou a C&M Software.

INSS precisa de verba extra para devolver desconto

Governo tem que enviar MP ao Congresso para liberar o crédito

Por Martha Imenes

O ressarcimento de descontos indevidos em aposentadorias e pensões do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), marcado para começar no dia 24, pode levar mais tempo para ocorrer. Uma Medida Provisória (MP) com o pedido de crédito extraordinário será enviada pela Presidência da República ao Congresso Nacional. Para que haja ressarcimento, no entanto, é preciso a aprovação da MP pelas duas Casas, Câmara de Deputados e Senado.

O cronograma de pagamentos, segundo o acordo homologado no Supremo Tribunal Federal (STF), começaria daqui a 17 dias, porém a MP ainda não foi enviada ao Congresso. E a tramitação pode não ser tão rápida, dependerá de articulações nas duas Casas.

"Houve um compromisso público de honrar a devolução dos descontos indevidos às vítimas da fraude. Ainda há tempo para a MP ser publicada, mas é importante que isso seja feito o



Rafa Neddermeyer/Agência Brasil

Cronograma de pagamentos do desconto em aposentadorias do INSS começará dia 24

quanto antes para que os segurados possam estar seguros da devolução do valor a eles devido", avalia Adriane Bramante, diretora do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP).

Procurado, o Ministério da Previdência Social informou que "as informações da Medida Provisória sobre o crédito

extraordinário que será liberado às vítimas dos descontos associativos estão sendo formuladas pela equipe técnica do governo federal, com a justificativa sobre a necessidade da liberação do crédito, necessário para pagar 4,1 milhões de pessoas que foram potencialmente afetadas, segundo dados do próprio instituto".

A Casa Civil não informou quando a MP será enviada ao Congresso e o valor a ser solicitado de crédito extraordinário até o fechamento dessa edição. "O crédito extraordinário é normalmente baseado em uma estimativa. Se os pagamentos não atingirem o valor aprovado, haverá uma sobra", explica o advogado Sergio Batalha.

2,1 milhões de pessoas no 1º lote

O ministro da Previdência Social, Wolney Queiroz, afirmou em entrevista à GloboNews na sexta (4) que no primeiro lote serão contempladas 2,1 milhões de pessoas, cujo pedido de ressarcimento não teve a apresentação de documentos comprobatórios de autorização por parte de entidades ao INSS. Segundo o ministro, pessoas com mais de 80 anos, indígenas e quilombolas receberão a devolução primeiro.

O ministro afirmou em entrevista ao programa de rádio A Voz do Brasil que o acordo representa o consenso entre o governo e o Judiciário. "É um dia de festa para nós, comemorar o retorno desses recursos para o bolso dos aposentados. Uma grande vitória do governo, uma grande vitória do presidente Lula, que me delegou pessoalmente essa tarefa de fazer com que nenhum aposentado e nenhum pensionista fique no prejuízo", completou.

O acordo enviado para chancela do STF foi fechado entre a Advocacia-Geral da União (AGU), o INSS, o Ministério da Previdência Social, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Defensoria Pública da União (DPU) e o Ministério Público Federal (MPF). Todos os órgãos participaram de uma conciliação aberta por Dias Toffoli.

Para aderir ao acordo, quem não reconhece o des-

conto no contracheque deverá contestar administrativamente a mensalidade pelos canais de atendimento do INSS.

Em contrapartida, quem entrou na Justiça para receber o ressarcimento deverá desistir da ação contra o INSS, que se compromete a pagar 5% de honorários advocatícios nas ações individuais propostas antes de 23 de abril de 2025, data da Operação sem Desconto.

Desencontro de informações e dados

Reprodução

Detalhes da contestação	
Dados do cadastro	
Protocolo	16710...
Estado	Estado
Emissão da GRU	Aguardando pagamento da GRU
Dados do beneficiário	
Nome	CPF
	840...-100
Período das contestações	
Data de início do período	Data de fim do período
01/02/2023	01/04/2023

Os números da guia foram parcialmente cobertos

15 dias úteis para apresentar o cadastro do reclamante. Posteriormente, o aposentado pode aceitar ou não a resposta da entidade. Nesse caso a associação pode fazer a tréplica. Se houver acordo entre entidade e apo-

sentado, é emitida uma Guia de Recolhimento da União (GRU) pela Dataprev com o valor a ser ressarcido.

A emissão de guias tem sido um problema: entidades estão recebendo guias incompletas (sem

o nome do segurado), somente com o CPF.

"Enviei e-mails para o INSS, para a Dataprev e ninguém dá uma solução para o problema. Como vou fazer a checagem para realizar o pagamento se a guia está incompleta e o CPF não consta na base de dados?", questiona a fonte.

O nome "desaparecido" é só mais um dos problemas: na lista de contestações apareciam nomes duplicados e até triplicados em 12 junho, quando o número de reclamações estava em 3,2 milhões. Na época, a Dataprev informou se tratar de "incompatibilidade sistêmica" e que o problema seria corrigido até a semana seguinte (23/6). E foi. Mas, em vez de o número cair, já que havia repetição, ele subiu para 3,7 milhões.

Essa dificuldade para filtrar os dados foi denunciada pela Folha. No entanto, a Dataprev informou que a falha é pontual e não há risco de pagamentos em duplicidade.

Sistema fora do ar e troca de farpas

Dados fornecidos pelo INSS, por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI), mostram que, entre agosto de 2023 e dezembro de 2024, os sistemas utilizados para a realização das atividades do órgão ficaram fora do ar por 1.466 horas. Na época, o presidente da Dataprev, Rodrigo Assumpção, afirmou que as falhas no sistema são "naturais" e não comprometem o funcionamento do INSS. Ele afirmou ainda que, em-

bora a Dataprev tenha fornecido em setembro de 2024 uma solução tecnológica mais moderna e segura para o cadastro dos descontos associativos, o INSS optou por continuar utilizando o sistema mais vulnerável, que foi descontinuado em março, segundo informações da Folha.

A gestão anterior do INSS, no entanto, rebate a afirmação: "A ferramenta apresentou falhas que foram sendo ajusta-

das por meses, e a entrada em operação da biometria só pode ocorrer apenas em fevereiro de 2025. Por isso, o sistema anterior ficou em operação", diz o ex-presidente do INSS, Alessandro Stefanutto.

"O Tribunal de Contas da União determinou na época que a biometria fosse 'uma das' medidas de segurança de dados de segurados e não a única. Portanto, não houve irregularidade na implantação da biometria.

O que houve foi demora na entrega por parte da Dataprev", afirma Stefanutto, afastado do cargo por suspeita de omissão, o que ele também nega: "Várias medidas foram tomadas: o corte de 3 mil senhas de acesso ao Suíbe (sistema que tem dados de aposentadorias), a criação de uma ferramenta do aplicativo Meu INSS onde os aposentados podem contestar e suspender descontos não reconhecidos, entre outras".